



Governo do Estado do Acre
Secretaria de Estado da Fazenda

Balanço Geral 2015

Relatório Circunstanciado da Análise da Gestão
Orçamentária, Financeira, Patrimonial e
Operacional, Produzido pelo Controle Interno



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

ASSUNTO: PARECER DO CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, RELATIVO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

O Governo do Estado do Acre, no exercício de 2015, atendeu aos princípios norteadores da Administração Pública, dedicou esforço no cumprimento de objetivos estratégicos e executou uma Gestão Fiscal responsável, revelada pelo equilíbrio orçamentário e financeiro do exercício, a observância das normas constitucionais e limites da LRF, pode-se afirmar que os resultados da gestão orçamentária, financeira, fiscal e operacional mostraram-se satisfatórios sob os aspectos formais, contábeis e operacionais, e que o organismo estatal esforçou-se para consolidar a política de responsabilidade social, procurando assegurar a desconcentração regional, a inclusão social e a sustentabilidade do desenvolvimento.

Assim, opinamos pela Regularidade da Prestação de Contas do Governo do Estado do Acre.

Rio Branco – Acre, 11 de abril de 2016


Giordano Simplicio Jordão
Controlador-Geral do Estado



**ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

**ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO DO ACRE RELATIVO AO
EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

1 - A PRESENTAÇÃO

A Controladoria Geral do Estado do Acre - CGE, em cumprimento às determinações legais, apresenta o Relatório sobre as Contas Anuais do Governo do Estado do Acre referentes ao exercício financeiro de 2015, com análises e considerações norteadas nos mandamentos constitucionais e nas orientações contidas na Lei Complementar n.º 101/00, na Lei Federal n.º 4.320/64 e nos demais normativos legais sobre o assunto.

Na produção deste relatório, procurou-se demonstrar as principais informações geradas na condução da gestão e das políticas públicas implementadas pelo governo do Acre em 2015, demonstrando a relação entre a execução orçamentária, financeira e patrimonial, o desempenho da receita e da despesa; o cumprimento dos índices constitucionais e dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A realização da análise das contas foi desenvolvida durante todo o exercício, com base nas informações contidas nos diversos sistemas do Poder Executivo, nas demonstrações contábeis, nos relatórios que compõem o Balanço Geral do Estado, em informações encaminhadas pelas respectivas secretarias e também com base nos trabalhos de auditoria e controle interno desenvolvido no decorrer do exercício, pela Controladoria Geral do Estado.

A equipe técnica da CGE também atuou ativamente na melhoria dos controles, prestando apoio nas correções das impropriedades detectadas, bem como participando de ações que permitiram solucionar distorções com relação aos registros contábeis e melhoria dos controles em diversos órgãos da administração.

2 - INTRODUÇÃO

No exercício de sua competência, a CGE procedeu à análise e acompanhamento das contas governamentais processadas pela Secretaria da Fazenda, órgão responsável pela execução da contabilidade geral e pela administração financeira dos demais órgãos e unidades do Poder Executivo do Estado do Acre, na forma prevista no artigo 64 da Constituição Estadual.

Os trabalhos foram realizados em observância às normas e procedimentos de controle interno aplicável ao serviço público estadual, consoante disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de responsabilidade fiscal e demais normativos complementares.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Outras demonstrações contábeis e acessórias julgadas relevantes foram inseridas nos documentos que formam a Prestação de Contas, apresentada pela Secretaria de Estado da Fazenda, a fim de proporcionar maior transparência das atividades do Governo Estadual.

A consolidação das demonstrações reflete a utilização dos recursos consignados no Orçamento Geral, pelo Poder Executivo, por meio das Secretarias de Estado ou Órgãos equivalentes, das entidades da Administração Indireta, representada pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista, pelo Ministério Público e pelos Poderes Legislativo e Judiciário.

3 - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DA DESPESA

3.1 - Orçamento Geral do Estado

3.1.1 - Do Orçamento

O processo de planejamento obedece à formalidade definida na Constituição Federal, tendo início no primeiro ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, quando é elaborado o plano plurianual para quatro exercícios, com vigência a contar do segundo ano de seu mandato até o primeiro ano do mandato seguinte.

O Orçamento para o exercício de 2015, está subordinado à Legislação abaixo identificada:

3.1.1.1 - Plano Plurianual (PPA), para o período de 2012/2015, nos termos da Lei Estadual nº 2.524, de 20 de dezembro de 2011, que aprovou o Plano Plurianual, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10.707, de 30 de dezembro de 2011, definindo diretrizes, objetivos e metas com a finalidade de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir à ação governamental e orientar a definição de prioridades para buscar o desenvolvimento sustentável, a infraestrutura econômica e social e o cuidado com as pessoas.

3.1.1.2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pela Lei Estadual nº 2.880, de 18 de Agosto de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado nº 11.376, de 21 de Agosto de 2014, compreendendo as metas e prioridades da administração pública estadual, a estrutura e organização dos orçamentos, as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações e as disposições relativas à dívida pública e as despesas com pessoal e encargos sociais.

3.1.1.3 - Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei Estadual nº 2.882 de 10 de Dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado nº 11.456, de 12 de Dezembro de 2014, se apresenta como instrumento de planejamento operacional que estimando as receitas e fixando as despesas do Governo de acordo com a previsão de arrecadação. A LOA é utilizada para



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

gerenciar as receitas e despesas públicas, em cada exercício financeiro, com fundamento nos princípios norteadores do orçamento público.

3.1.2 - Fixação da Despesa

O Orçamento Geral do Estado, referente ao exercício financeiro de 2015, estimou a Receita e fixou a Despesa em R\$-5.698.453 mil, consolidando os três Poderes que compõem a Administração Estadual, conforme demonstrado nas Tabelas a seguir:

3.1.2.1 - Por Tipo de Orçamento

Tabela 1
Em R\$-mil

DESPESA POR TIPO DE ORÇAMAMENTO				
ESPECIFICAÇÃO	DESPESA/RECEITA		DIFERENÇA	
	2014	2015	VALOR	AH %
Fiscal	4.240.217	4.379.454	139.237	37,98
Seguridade Social	1.091.646	1.318.985	227.339	62,02
Investimentos	14	14	0	0,00
Somas	5.331.877	5.698.453	366.576	100,00

Fonte: Lei 2882/2014-LOA

AH=Análise Horizontal → Variação no ano de 2015 em relação a 2014

Como pode ser verificado na Tabela 1, o orçamento fixado para o exercício de 2015 teve um acréscimo em relação a 2014, de R\$-366.576 mil, traduzido no percentual de 6,87 %.

O Orçamento de Investimentos para as Empresas Públicas no montante de R\$-14 mil, relativo ao exercício financeiro de 2015, foi destinado na totalidade, para a Companhia de Habitação do Acre.

3.1.2.2 - Por Poderes Constitucionais

Tabela 2
Em R\$-mil

DESPESA POR PODER				
ESPECIFICAÇÃO	POR FONTE			AV %
	TESOURO	OUTRAS FONTES	SOMA	
Poder Legislativo	182.160	0	182.160	3,20
Assembléia Legislativa - ALE	134.090	0	134.090	2,35
Tribunal de Contas - TCE	48.070	0	48.070	0,84
Poder Judiciário - TJE	202.401	9.056	211.457	3,71
Ministério Público - MPE	101.200	6.137	107.337	1,88
Poder Executivo	2.757.828	2.439.671	5.197.499	91,21
Total	3.243.589	2.454.864	5.698.453	100,00

Fonte: Demonstrativo da Despesa por Poderes.

AV=Análise Vertical → Participação no Total



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

A Tabela 2 demonstra a participação no orçamento, de cada Poder que compreende a Administração do Estado do Acre, destinando ao poder executivo 91,21% e aos demais poderes 8,79%.

Os recursos da Fonte Tesouro representam 56,92% e de Outras Fontes corresponde a 43,08 % do Orçamento Geral do Estado.

3.1.2.3 - Por Tipo de Administração

Tabela 3
Em R\$-mil

ESPECIFICAÇÃO	DESPESA POR NATUREZA					
	ADMINISTRAÇÃO				SOMA	AV%
	DIRETA	AV %	INDIRETA	AV %		
Despesa Corrente	2.412.089	73,97	2.090.467	85,76	4.502.556	79,01
Despesa de Capital	839.239	25,74	347.058	14,24	1.186.297	20,82
Reserva de Contingência	9.600	0,29	0	0,00	9.600	0,17
Total	3.260.928	100,00	2.437.525	100,00	5.698.453	100,00

Fonte: Demonstrativo da Despesa Consolidado.

A Tabela 3 apresenta de forma resumida o Orçamento Consolidado (todos os poderes), especificando a Despesa por Natureza das Administrações Direta e Indireta do Poder Público Estadual. Verifica-se que 57,22% do Orçamento Total foram destinados para a administração direta e 42,78%, para a administração indireta.

3.1.3 – Dos Créditos Adicionais

A LOA no seu Art. 10 autorizou o Poder Executivo, durante a execução orçamentária do exercício de 2015, a realizar operações de créditos por antecipação de receita, até o limite previsto na Constituição Federal. Apesar da autorização legal, não foi contratada operações nesta modalidade.

Sob o amparo do Art. 9º LOA, o Poder Executivo autorizou a abertura de créditos suplementares abaixo do limite de 30% da despesa fixada, observando o disposto no art. 161 da Constituição Estadual e no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

O artigo 18 da LOA contém a autorização para o Poder Executivo reprogramar e remanejar programas, projetos e atividades, desde que não alterem o valor global do orçamento. Além disso, no art. 13º da referida Lei, ficou autorizado o bloqueio da execução orçamentária com a finalidade de ajustar os dispêndios aos efetivos comportamentos dos ingressos da receita.

A Tabela 4 demonstra a composição dos créditos adicionais amparados por fontes de recursos oriundas de anulações de dotações orçamentárias, excesso de arrecadação e de *superávit* financeiro do exercício de 2015, os quais, não oneraram o limite autorizado pelo art. 9º da LOA.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Tabela 4
Em R\$-mil

CREDITO ADICIONAIS		
ESPECIFICAÇÃO	MOVIMENTO	AV %
Orçamento Inicial	5.698.453	95,86
Créditos Adicionais	245.827	4,14
Suplementares	1.858.969	31,27
Especiais	0	0,00
Superávit Financeiro	104.005	1,75
(-)Anulação de Dotações	-1.717.147	28,89
Orçamento Final	5.944.280	100,00

Fonte: Relatório de Crédito Adicional.

AV = % de participação no total

As alterações orçamentárias em 2015 resultaram em acréscimo de 4,31% em relação ao total do orçamento previsto na LOA, elevando o valor orçado de R\$-5.698.453 mil para R\$-5.944.280 mil.

3.1.4 – Da Previsão da Receita

A receita pública é o recebimento de recursos financeiros efetuados por pessoas de direito público, para atender à cobertura das despesas necessárias aos investimentos, às operações e à manutenção da administração.

De acordo com o artigo terceiro da Lei Orçamentária, as receitas estimadas no valor de R\$-5.698.453 mil, apresentam-se desdobradas conforme Tabela 5 a seguir:

Tabela 5
Em R\$-mil

RECEITA POR NATUREZA				
ESPECIFICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS			
	TESOURO	OUTRAS FONTES	SOMA	AV%
Corrente	3.241.864	1.607.677	4.849.541	80,19
Tributárias	1.164.727	9.858	1.174.585	20,61
Transferências	2.720.603	946.381	3.666.984	64,35
Outras Receitas Correntes	41.676	372.168	413.844	7,26
Deduções da Receita Corrente	-685.142	-807	-685.949	-12,04
Intra Orçamentária	0	280.077	280.077	4,91
Capital	1.725	847.187	848.912	14,90
Operações de Crédito	0	500.000	500.000	8,77
Transferências de Capital	0	347.187	347.187	6,09
Outras Receitas de Capital	1.725	0	1.725	0,03
Deduções dos Investimentos-RPP	0	0	0	0,00
Intra Orçamentária	0	0	0	0,00
Total	3.243.589	2.454.864	5.698.453	100,00

Fonte: Demonstrativo da Receita Consolidado/LOA

AV=Análise Vertical → Participação no Total

Neste quadro demonstra-se, por categoria, a receita prevista por fontes, com os índices da participação por origem no total do orçamento.



**ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

As receitas foram distribuídas em: 85,10% para Correntes e 14,90% para as de Capital, com destaque para as receitas de transferências, tributárias e de operações de crédito com 64,35%, 20,61% e 8,77%, respectivamente.

Assim, como no orçamento da Despesa, as Receitas consignadas nos Orçamento Fiscal e Seguridade Social, 56,92% referem-se a Recursos do Tesouro Estadual e 43,08% a Recursos de Outras Fontes.

3.2 - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.2.1 - Do Resultado Orçamentário

A Tabela apresenta um resumo do Balanço Orçamentário consolidado, extraído do Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Assim, a Receita Arrecadada alcançou o montante de R\$ 4.954.267 mil, enquanto a Despesa Empenhada atingiu a quantia de R\$ 5.231.992 mil, resultando num déficit orçamentário de R\$ 277.725 mil.

Tabela 6
Em R\$-mil

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO ATUAL	REALIZAÇÃO	SELDO A REALIZAR	AH% (B/A)*100
RECEITA	5.698.453	5.840.441	4.954.267	256.765	84,83
Receita Corrente	4.569.464	4.669.323	4.412.558	256.765	94,50
Receita de Capital	848.912	852.228	228.358	623.870	26,80
Receita Intraorçamentária	280.077	318.890	313.351	5.539	98,26
DESPESA	5.698.453	5.944.280	5.231.992	712.288	88,02
Despesa Corrente	4.222.479	4.483.626	4.254.395	229.231	94,89
Despesa de Capital	1.186.297	1.119.374	647.059	472.315	57,81
Despesa Intraorçamentária	280.077	341.280	330.538	10.742	96,85
Reserva de Contingência	9.600	0	0	0	0,00
Déficit\Superávit	0	-103.839	-277.725		

Fonte: Demonstrativos Consolidados da Receita e da Despesa e Anexo 12 da Lei 4.320/64.

(-) Deduções – FUNDEB e Investimentos RPPS

AH=Análise Horizontal → Realização em relação ao Orçamento Atualizado

O equilíbrio orçamentário fica demonstrado na coluna Previsão Inicial da Receita e Dotação Inicial da Despesa, pelo valor equivalente de R\$-5.698.453 mil.

A Realização da Receita foi inferior à Previsão Atualizada em 15,17 %, apresentando uma insuficiência de arrecadação de R\$-886.174 mil e a Execução da Despesa ficou abaixo da Dotação Atualizada em R\$-712.288 mil, correspondendo a economia orçamentária de 11,98 %, não utilizada para a execução das despesas.

O detalhamento dos valores correspondentes ao item “Deduções da Receita Corrente”, mencionado nas tabelas anteriores, está sinteticamente demonstrado na tabela abaixo:



**ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

Tabela 6A
Em R\$-mil

DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE						
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO		EXECUÇÃO	A EXECUTAR	% EXECUTADO	AV%
	INICIAL	ATUAL				
ICMS-Formação do FUNDEB	139.468	139.468	146.877	7.409	105,31	21,29
IPVA-Formação do FUNDEB	5.152	5.152	5.763	611	111,86	0,84
ITCD-Formação do FUNDEB	800	800	903	103	112,88	0,13
FPE-Formação do FUNDEB	539.653	539.653	522.606	-17.047	96,84	75,74
IPI-Formação do FUNDEB	69	69	36	-33	52,17	0,01
ICMS-Desoneração Formação do FUNDEB	0	0	266	266	0,00	0,04
RPPS-Investimentos	806	806	13.582	12.776	1.685,11	1,97
Total	685.948	685.948	690.033	4.085	100,60	100,00

Fonte: Demonstrativo da Receita Consolidado.

AV=Análise Vertical → Participação % no total das deduções executadas

Do total das Despesas Empenhadas, foram pagos dentro exercício financeiro, a importância de R\$-5.027.202 mil, ficando o restante R\$-204.789 mil, representando um percentual de 3,91%, para serem pagos no exercício seguinte, registrados na rubrica de Restos a Pagar. (Processados R\$-116.904 mil e Não Processados R\$-87.885 mil), conforme demonstrado a seguir:

Tabela 7
Em R\$-mil

Restos a Pagar	Inscrição		
	Processados	Não Processados	Total
Despesas Correntes	108.556	53.961	162.517
Pessoal e Encargos Sociais	50.155	5.306	55.461
Juros	0	0	0
Outras Despesas Correntes	58.401	48.655	107.056
Despesa de Capital	8.348	33.924	42.272
Investimento	8.348	33.924	42.272
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortizações	0	0	0
Total	116.904	87.885	204.789

Fonte: Demonstrativo da Despesa Consolidado

Na análise dos dados contidos no Quadro acima, verifica-se que os Restos a Pagar Processados, representam 57,09 % do total de Restos a Pagar, conseqüentemente os Restos a Pagar não Processados correspondem a 42,91 % deste total.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

O percentual maior da inscrição em Restos a Pagar, concentra-se nas Despesas Correntes, representando 79,36 %, enquanto que o restante correspondendo a 20,64% está alocado nas Despesas de Capital.

Do valor de R\$-55.461 mil registrados em Restos a Pagar na rubrica "Pessoal e Encargos Sociais", R\$47.654 mil, correspondem à parte patronal da despesa com inativos, não repassadas no exercício ao Instituto de Previdência do Estado.

3.2.2 - Receita e Despesa por Fonte

A tabela 8 apresenta as receitas e as despesas realizadas, comparadas com os respectivos valores orçados por fonte de recursos, com o objetivo de verificar a correlação dos gastos com a respectiva receita.

Tabela 8
Em R\$-mil

RECEITA E DESPESA POR FONTE						
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA		DESPESA		DIFERENÇA A-B	AH%
	PREVISÃO ATUAL	REALIZAÇÃO(A)	PREVISÃO ATUAL	EXECUÇÃO(B)		
Recursos Próprios	3.363.554	3.321.959	3.372.461	3.359.695	-37.736	-1,12
Convênios	505.573	106.558	530.938	206.462	-99.904	-48,39
FUNDEB	534.411	509.770	534.411	509.265	505	0,10
Saúde	305.535	252.705	305.535	279.424	-26.719	-9,56
Operações de Crédito	500.000	210.659	500.122	218.851	-8.192	-3,74
RP-Indiretas	143.188	122.121	147.476	109.376	12.745	11,65
Previdenciario	488.013	430.495	553.337	548.918	-118.423	-21,57
SOMA DAS FONTES	5.840.274	4.954.267	5.944.280	5.231.991	-277.724	-5,31

Fonte: Demonstrativos da Receita e Despesa por Fontes

AH=Análise Horizontal ↔ Receita Realizada em relação com Despesa Executada

A diferença apresentada entre a realização total da realização da receita em relação ao total da execução da despesa, no valor de (R\$-277.725) mil, representa um déficit orçamentário de 5,31 %. O valor de R\$-104.006 mil relativo à superioridade na previsão atualizada da Despesa em relação à previsão atualizada da Receita, refere-se a suplementação orçamentária com recursos oriundos de saldo financeiro do exercício anterior.

No encerramento do exercício de 2014, permaneceu o saldo em bancos de R\$-773.769 mil, portanto os pagamentos efetuados além da arrecadação do exercício em análise, decorreram de contratações fundamentadas em saldos já existentes de exercícios anteriores.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

3.2.3 - Despesas por Programas

A Tabela 9 demonstra os 20 maiores programas do governo, classificados em ordem decrescente, representando 96,60 % do orçamento total executado.

DESPESAS POR PROGRAMAS DE TRABALHO EXERCÍCIO DE 2012					
Código	Título do Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Execução (b)	Execução % b/a
1100	Industrialização	16.865	43.230	27.545	63,72
1101	Desenv.das Cdadeias Produção nas Zonas Esp. de Pro	65.574	67.726	24.892	36,75
1111	Inclusão e Proteção Social	70.563	82.209	27.329	33,24
1112	Pavimentação e Saneamento Integrado	163.960	226.404	186.577	82,41
1113	Habitção Popular	30.846	30.314	15.957	52,64
1114	Infraestrutura de Transporte e Energia	141.693	173.508	88.835	51,20
1115	Obras Públicas	54.918	74.620	25.405	34,05
1116	Promoção de Educ. Básica de Qualidade para Todos	818.769	841.513	795.712	94,56
1117	Desenv. Da Educação para o Trabalho	58.866	59.346	28.893	48,69
1118	Promoção a Saúde	470.336	471.521	418.222	88,70
1119	Segurança Pública	143.966	155.368	132.606	85,35
1123	Inovação da Gestão	96.144	46.958	42.667	90,86
2203	Gestão e Manut. das Atividades do Poder Legislativo	128.728	126.498	126.498	100,00
2210	Gestão e Manut. das Atividades do Tribunal de Conta	48.070	52.680	48.596	92,25
2220	Gestão e Manut. das Atividades do Tribunal de Justiça	211.457	242.590	235.616	97,13
2241	Gestão e Manut. das Atividades do Ministério Público	95.200	104.490	104.377	99,89
2254	Gestão e Manutenção do Folha de Pagamento do Exe	1.313.837	1.348.428	1.348.252	99,99
2256	Gestão e Manutenção do Serviço da Dívida	807.355	799.839	798.908	99,88
2257	Gestão e Manutenção do Fundo de Previdência	488.013	553.337	548.918	99,20
2269	Gestão e Manuttenção da Secretaria de Obras	17.787	29.495	28.597	96,96
0000	Demais Programas(*)	455.506	414.206	177.589	42,87
TOTAL		5.698.453	5.944.280	5.231.991	88,02

Tabela 9

Em R\$-mil

Fonte: Demonstrativo das Despesas por Programas de Trabalho

(*) = Execução de Programas Inferiores a R\$-20.000 mil

Na análise dos dados da Tabela 9, extrai-se que a metade dos programas listados, atingiu percentuais de execução, acima de 90,00% da parcela do orçamento autorizado para cada um e a outra metade ficou na faixa entre 30 a 89%.

O total das Despesas por Programas de Trabalho teve a sua execução assim distribuída: Pagamento de Pessoal (25,77%); Obras, Infraestrutura e Transporte (6,05%); Serviço da Dívida (15,27%); Saúde (7,99%); Previdência (10,44%); Industrialização e Produção (1,08%); Inclusão Social (1,07%); Educação (15,21%); Segurança Pública (2,53%); Outros Poderes (9,84%) e demais dotações (4,75%).

3.2.4 - Transferências a Municípios

A Tabela a seguir apresenta os valores transferidos aos municípios do Estado, no decorrer do exercício, identificando os recursos por categoria econômica e por órgão de origem.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Tabela 10
Em R\$-mil

TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS							
ÓRGÃOS	OBRIGATÓRIAS				VOLUNTÁRIAS	SOMA	*AV%
	ICMS	IPVA	IPI	CIDE	OUTRAS		
30000000-DESPESAS CORRENTES	244.794	28.813	35	858	4.450	278.616	100
31400000-Pessoal (I)	0	0	0	0	137	137	0,05
Secretaria de Administração	0	0	0	0	119	119	0,04
Secretaria de Educação	0	0	0	0	10	10	0,00
Secretaria de Obras Públicas	0	0	0	0	8	8	0,00
33400000-Outras Despesas Correntes	244.794	28.813	35	858	3.979	278.479	99,83
Secretaria de Obras Públicas					50	50	0,02
Secretaria da Fazenda	244.794	28.813	35	858	0	274.500	98,40
Secretaria de Educação					1.754	1.754	0,63
Secretaria de Segurança					698	698	0,25
Secretaria de Saúde					1.452	1.452	0,52
Secretaria de Desenv. Social					25	25	0,01
44400000-Capital (II)					334	334	0,12
Secretaria de Habitação					72	72	0,03
Secretaria de Educação						0	0,00
Secretaria de Obras Públicas					262	262	0,09
Secretaria de Desenv. Social						0	0,00
Total (I + II)	244.794	28.813	35	858	4.784	278.950	100,00

Fonte: Demonstrativo de Transferências aos Municípios

AV=Análise Vertical ↔ Participação % no Total

Na verificação da tabela acima, identifica-se que, do total das transferências a municípios 99,43% referem-se a transferências correntes e 0,57% a transferências de capital. Observa-se também, que 98,40% representam as transferências obrigatórias e o restante corresponde às transferências voluntárias.

3.2.5 - Evolução da Execução Orçamentária

A tabela 11 visualiza o comportamento das receitas e despesas realizadas, nos últimos cinco anos, apresentados em valores nominais, apurados nos Balanços Anuais do Estado.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Tabela 11
R\$-mil

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA - 2010 A 2014						
Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	AH%
Receita (I)	3.723.016	4.841.794	4.936.131	5.707.375	4.954.267	-13,20
Correntes	3.264.299	3.743.587	4.282.840	5.031.921	4.722.830	-6,14
Capital	458.717	1.098.207	653.291	675.454	231.437	-65,74
Despesa (II)	3.644.181	4.657.789	5.156.552	5.793.050	5.231.992	-9,69
Corrente	2.898.412	3.593.266	3.983.856	4.470.397	4.570.804	2,25
Capital	745.769	1.064.523	1.172.696	1.322.653	661.188	-50,01
Resultado (I-II)	78.835	184.005	-220.421	-85.675	-277.725	

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.

AH=Análise Horizontal |↔| Variação de 2014 a 2015

Nota: Receita e Despesa Líquidas das Contas Intraorçamentárias.

Conforme evidenciado na tabela 11, em comparação com o exercício de 2014, as receitas decresceram em valores nominais, saindo de R\$ 5.707.375 mil para R\$ 4.954.267 mil em 2015, reduzindo em valores correspondentes a 13,20%. Já, as despesas no mesmo período, saíram de R\$ 5.793.050 mil para R\$ 5.231.992 mil, representando uma redução de 9,69%.

4 - ANÁLISE DA GESTÃO FINANCEIRA

O Balanço Financeiro, apresentado na forma do Anexo 13 da Lei Federal 4.320, de 1964 e adequado ao padrão disposto na Portaria STN nº 437 de 12 de Julho de 2012, evidencia a movimentação das entidades do setor público no período a que se refere, demonstrando a receita e a despesa orçamentária, os recebimentos e pagamentos de natureza extra orçamentária e os saldos de disponibilidades financeiras do exercício anterior e que se transferem para o exercício seguinte.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o total dos ingressos e dos dispêndios orçamentários e extra orçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um o resultado financeiro superavitário; caso contrário, ocorrerá um resultado deficitário. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Tabela 12
Em R\$-mil

BALANÇO FINANCEIRO							
INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	AV%	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	AV%
Receita Orçamentária(I)	4.954.267	5.707.375	-13,20	Despesa Orçamentária(VI)	5.231.991	5.793.050	-9,69
Ordinária	3.654.739	4.162.017	-12,19	Ordinária	3.687.921	4.324.391	-14,72
Vinculada	1.299.528	1.545.358	-15,91	Vinculada	1.544.070	1.468.659	5,13
Transferências Financ Recebidas	3.880.311	4.726.487	-17,90	Transferências Concedidas(VI)	3.880.311	4.726.487	-17,90
Recebimentos Extraorçamento	915.572	821.127	11,50	Pagamentos Extraorçamento(VI)	812.193	793.108	2,41
Sdo.Disponível-Exerc.Anterior	774.185	831.841	0,00	Sdo.Disponível-Exerc.Seguinte	599.840	774.185	-22,52
Total (V)=(I+II+III+IV)	10.524.335	12.086.830	-12,93	Total (X)=(VI+VII)+VIII+IX)	10.524.335	12.086.830	-12,93

Fonte: Anexo 13 da Lei 4.320

AV=Análise Vertical↔Participação % no Total do Exercício

4.1 - Ingressos

As receitas orçamentárias, representando 47,07 % dos ingressos, foi objeto de análise no Balanço Orçamentário, onde foi comentado o desempenho das receitas previstas e das realizadas.

Os recebimentos extra orçamentários, que respondem por 8,70 % dos ingressos, compreendem os saldos dos direitos transferidos do exercício anterior para recebimento no exercício corrente, as obrigações deste exercício a serem pagas no exercício seguinte e os demais ajustes financeiros.

O Saldo Financeiro do Exercício Anterior é representado pelo saldo das contas patrimoniais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior ao encerrado, corresponde a 7,36 %.

A diferença de 36,87 % está representada pela movimentação de recursos para suprimento das atividades dos órgãos da administração direta e indireta.

4.2 - Dispêndios

As despesas orçamentárias correspondendo a 49,71 % dos dispêndios, da mesma forma que as receitas orçamentárias, foram objeto de comentários nos seus principais aspectos, quando da análise da execução do orçamento do exercício.

Os pagamentos extra orçamentários respondem por 7,72 % dos dispêndios, compreendendo os saldos de direitos no exercício corrente para recebimento no seguinte,



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

as obrigações transferidas do exercício anterior para pagamento no corrente e demais ajustes financeiros.

O Saldo Financeiro para Exercício Seguinte é representado pelos recursos financeiros disponíveis para imediata aplicação no exercício subsequente ao de realização, correspondendo a 5,70 %.

A diferença de 36,87 % está representada pela movimentação de recursos para suprimento das atividades dos órgãos da administração direta e indireta.

5 - ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL

A Contabilidade Pública subordina-se aos dispositivos das Constituição Federal e Estadual, da Lei Federal nº 4.320 de 1964, da Lei Complementar Federal nº 101 de 2000, das Leis que regulam os Orçamentos (PPA, LDO e LOA) e dos demais dispositivos complementares, corroborado pelas observações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A seguir, apresentamos os valores e informações relevantes, extraídos dos Balanços, Demonstrativos Contábeis e Financeiros, elaborados pela Secretaria de Estado da Fazenda, evidenciando o orçamento, a receita e despesa realizada, o resultado patrimonial, a dívida fundada e os limites legais impostos pela legislação constitucional e fiscal, fazendo um comparativo com o último exercício.

5.1 - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, em um momento estático, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

- a) **Ativo** - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- b) **Passivo** - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- c) **Patrimônio Líquido** - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
- d) **Contas de Compensação** - compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

As classificações dos elementos patrimoniais estão apresentadas no Balanço Patrimonial, a seguir:

Tabela 13
Em R\$-mil

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	2015	2014	PASSIVO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	1.413.764	1.656.873	PASSIVO CIRCULANTE	423.359	364.763
Caixa e Equivalentes de Caixa	599.448	773.769	Obrigações Trab, Previd e Assist a CP	60.740	46.685
Créditos a Curto Prazo	594.136	738.063	Empréstimos e Financiamento a CP	280.055	253.447
Demais Créditos e Valores a CP	2.430	5.486	Fornecedores e Contas a Pagar a CP	74.276	61.291
Investim e Aplicações Tempor a CP	1.828	1.832	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	5	1
Estoques	215.922	137.723	Demais Obrigações a Curto Prazo	8.283	3.339
ATIVO NAO-CIRCULANTE	3.204.051	2.951.071	PASSIVO NAQ-CIRCULANTE	15.105.582	12.228.104
<u>Ativo Realizável a Longo Prazo</u>	0	0	Obrigações Trab, Previd e Assist a CP	307.118	202.056
<u>Investimentos</u>	13	13	Empréstimos e Financiamentos a LP	3.664.199	3.177.138
Participações Permanentes	13	13	Fornecedores a Longo Prazo		
<u>Imobilizado</u>	3.204.031	2.951.051	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		
Bens Móveis	742.107	687.633	Provisões a Longo Prazo	11.134.265	8.848.910
Bens Imóveis	2.547.105	2.318.314	Demais Obrigações a Longo Prazo		
Depreciação - Imóveis	-5.009	-5.009	Resultado Diferido		
Depreciação - Móveis	-80.172	-49.887	PASSIVO TOTAL	15.528.941	12.592.867
<u>Intangível</u>	7	7	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-10.911.126	-7.984.923
Softwares	7	7	Resultados Acumulados	-10.911.126	-7.984.923
			Resultado do Exercício	-2.953.689	-1.367.644
			Resultad de Exercícios Anteriores	-7.984.923	-6.617.279
			Ajustes de Exercícios Anteriores	27.486	0
TOTAL	4.617.815	4.607.944	TOTAL	4.617.815	4.607.944

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil.

AH=Análise Horizontal ↔ Variação percentual do exercício de 2015 em relação a 2014

Com base nos dados inseridos no demonstrativo acima, apresentamos alguns comentários sobre a composição e variações ocorridas no exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2015.

5.1.1 - Ativo Circulante

O Ativo Circulante, representando 30,62 % do somatório do Ativo, compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional do estado; sejam mantidos primariamente para negociação com realização nos doze meses seguintes a data do encerramento do exercício social, definidos a seguir:



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

5.1.1.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores registrados na rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações do estado, para os quais não haja restrições para uso imediato, correspondendo a 42,40 % do ativo circulante.

5.1.1.2 - Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente, representando 42,03 % do Ativo Circulante.

5.1.1.3 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Representando 0,17 % do Ativo Circulante, os valores a receber por demais transações realizáveis até o termino do exercício seguinte.

5.1.1.4 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Correspondendo a 0,13 % do Ativo Circulante, as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados a negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do estado, resgatáveis até o termino do exercício subsequente.

5.1.1.5 - Estoques

Compreendendo 15,27 % do Ativo Circulante, o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pelas entidades do estado, com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

5.1.2 - Ativo Não Circulante

Correspondendo a 69,38 % do somatório do Ativo, os valores realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível, descritos a seguir:

5.1.2.1 - Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis após dozes meses do encerramento do exercício encerrado. Não há registros de valores nesse título.

5.1.2.2 - Investimentos



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Os investimentos compõem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade. No balanço do estado aparece apenas o registro de R\$-12,5 mil reais, representados por ações da Companhia Telefônica.

5.1.2.3 - Imobilizado

No imobilizado está registrado os direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades do estado ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. Para fins de apresentação no Balanço Patrimonial, o imobilizado está apresentado já líquido da depreciação e amortização acumuladas, representando 100 % do Ativo Não Circulante.

Outros informes sobre os bens do Ativo Imobilizado estão explicitados no relatório anexo a esta Prestação de Contas, produzido pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Em relação aos Bens Móveis e Imóveis, Portaria STN Nº 437/2012, no Item III do Artigo 6º, autoriza os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual a regularizar as inconsistências dos saldos dos inventários físicos dos bens patrimoniais permanentes e dos registros contábeis correspondentes até o término do exercício de 2015.

TABELA 14
Em R\$-mil

Especificação	Exerc. 2014	Entradas	Baixas	Exerc. 2015	Variação 2011p/2012
Bens Imóveis	2.318.314	563.310	334.519	2.547.105	9,87
Bens Móveis	687.633	181.111	126.637	742.107	7,92
(-)Depreciação	-54.896	-34.129	3.844	-85.181	55,17
Somas	2.951.051	710.292	465.000	3.204.031	8,57

Fonte: Balanço Geral do Estado Relatórios do GRP

5.1.2.4 - Intangível

O valor registrado no ativo intangível representa os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

5.1.2.5 - Passivo Circulante

O Passivo Circulante registra as obrigações provenientes da execução orçamentária da despesa e os compromissos exigíveis em curto prazo, decorrentes de operações que devem ser pagas independentes de autorização orçamentária. Estão inclusas neste grupo de conta, os Depósitos (Consignações, Depósitos de Terceiros) e Obrigações em Circulação (Restos a Pagar e Valores em Trânsito Exigíveis), correspondendo a R\$-428.359 mil, o que representa 2,71 % do Passivo Total.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

5.1.2.6 - RESTOS A PAGAR

A Tabela 17 demonstra a composição da conta “Restos a Pagar”, totalizando a quantia de R\$-204.789 mil, a qual, em conjunto com as demais rubricas do Passivo Não Circulante, apresenta-se cobertos pelas disponibilidades registradas no Balanço encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Tabela 15
Em R\$-mil

RESTOS A PAGAR - EXERCÍCIO DE 2015				
ORGÃOS/ENTIDADES	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL	AV%
PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	69.697	29.028	98.725	48,21
305 - Defensoria Pública do Estado	366	21	387	0,19
446-Gabinete Civil	981	184	1.165	0,57
608-Polícia Militar	120	0	120	0,06
609-Corpo de Bombeiros	114	0	114	0,06
711-Secretaria de Comunicação	38	73	111	0,05
713-Secretaria de Planejamento	0	319	319	0,16
714-Secretaria do Servidor e Patrimônio Público	34.582	11	34.593	16,89
715-Secretaria da Fazenda	474	908	1.382	0,67
717-Secretaria de Educação	25.725	16.004	41.729	20,38
719-Secretaria de Segurança	4.562	5.637	10.199	4,98
720-Secretaria de Meio Ambiente	3	0	3	0,00
722-Secretaria de Assistência Social	302	0	302	0,15
732-Secretaria de Agropecuária	35	0	35	0,02
744-Secretaria de Articulação Institucional	0	114	114	0,06
751-Secretaria de Esporte e Turismo	0	101	101	0,05
752-Secretaria de Desenvolvimento Florestal	304	0	304	0,15
753-Secretaria Agro-Florestal e Produção Familiar	129	2.192	2.321	1,13
754-Sec. De Infraestrutura, Obras e Habitação	12	0	12	0,01
755-Secretaria de Justiça	192	3	195	0,10
756-Secretaria de Habitação de Interesse Social	216	2.505	2.721	1,33
758-Secretaria de Polícia Civil	101	34	135	0,07
759-Secretaria de Pequenos Negócios	1.052	157	1.209	0,59
760-Secretaria de Política para as Mulheres	89	12	101	0,05
761 - Secretaria de Ciência e Tecnologia	300	753	1.053	0,51
PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	46777,00	49226,00	96003,00	46,88
201-Departamento de Estradas e Rodagens	859	2.209	3.068	1,50
202-Instituto do Meio Ambiente	160	0	160	0,08
203-Departamento de Aguas e Saneamento	0	670	670	0,33
204-Departamento de Trânsito	235	0	235	0,11
206-Instituto de Terras	1	2.011	2.012	0,98
207 - Instituto de Defesa Agropecuária	672	200	872	0,43
209-Departamento de Adm. Penitenciária	1.517	143	1.660	0,81
210- Agência Reguladora de Serviços Públicos	14	11	25	0,01
211-Instituto de Previdência	57	0	57	0,03
212-Instituto Dom Moacir Grechi	2618	6	2.624	1,28
213-Instituto Sócio-Educativo	893	0	893	0,44
215-Instituto de Mudanças Climáticas e Ambientais	116	21	137	0,07
301-Fundação de Tecnologia	206	50	256	0,13
302-Fundação Hospitalar	5.310	2.107	7.417	3,62
303-Fundação de Cultura Elias Mansour	12	1.152	1.164	0,57
305-Fundação do Servidor Público	24	0	24	0,01
401-Cia. De Armazens Gerais	2	5	7	0,00
402-Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	58	19	77	0,04
501- Cia de Habitação do Acre	9	0	9	0,00
601-Fundo de Desenvolvimento da Educação	752	6.824	7.576	3,70
607-Fundo Estadual de Saúde	33.254	33.167	66.421	32,43
615 - Fundo de Desenvolvimento Sustentável	7	38	45	0,02
619 - Fundo Estadual de Habitação	0	489	489	0,24
621-Fundo Orçamentário Especial	0	8	8	0,00
622-Fundo Estadual de Florestas	1	0	1	0,00
628-Fundo Estadual de Fomento a Cultura	0	96	96	0,05
DEMAIS PODERES	430	9.631	10.061	4,91
TOTAL	116.904	87.885	204.789	100,00

Fonte: Balanço Geral do Estado-Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil. AV=Análise Vertical ↔ Participação % no Total



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

5.1.3 - Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante está representado pelas Operações de Crédito Internas, Externas, dos Precatórios Judiciais, Provisões do RPPS e de outros passivos de longo prazo, contempla as dívidas a serem resgatadas ao longo dos exercícios financeiros subsequentes.

A Tabela seguinte apresenta um resumo comparativo da Dívida Consolidada, oriunda de Empréstimos e Financiamentos captados junto ao Sistema Bancário Nacional, Precatórios e Parcelamento de Tributos e Encargos Sociais.

Tabela 16
Em R\$-mil

Especificação	SALDOS		VARIÇÃO	
	2015(a)	2014(b)	(a-b)	*AH%
DÍVIDA CONSOLIDADA	4.261.714	3.642.899	618.815	16,99
DÍVIDA CONTRATUAL	3.944.254	3.430.585	513.669	14,97
Instituições Financeiras - Interna	2.332.854	2.388.496	-55.642	-2,33
Instituições Financeiras - Externa	1.611.400	1.042.089	569.311	54,63
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	90.898	101.052	-10.154	-10,05
Tributos Federais	6.500	7.113	-613	-8,62
Previdência Social - RGPS	82.137	91.355	-9.218	-10,09
FGTS	2.261	2.584	-323	-12,50
PRECATÓRIOS	226.562	111.262	115.300	103,63
Anteriores a 05/05/2000	15.766	25.181	-9.415	-37,39
Posteriores a 05/05/2014	210.796	86.081	124.715	144,88

Fonte: Balanço Geral do Estado-Anexo XVI da Lei 4.320/64

AH=Análise Horizontal ↔ Variação de 2015 em relação a 2014

A Dívida de Operações de Crédito é oriunda de obrigações assumidas por meio de Leis, Contratos e da realização de operações de crédito interna e externa. O estoque da Dívida Pública Consolidada com instituições financeiras e o governo federal registrou, no exercício de 2015, o montante de R\$-4.261.714 mil. Desse valor 10,61%, cerca de R\$-490.592 mil, correspondem aos refinanciamentos e parcelamentos de dívidas amparados pelas leis 8.727/93 e 9.496/97 e 11.941/2.011, os demais contratos, inclusive os Precatórios Judiciais que representam 89,39%.

Os demais valores que compõem o Passivo não Circulante R\$-11.134.265 - Apropriação patrimonial do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, fundamentada na Avaliação Atuarial efetuada por força de Legislação pertinente, regulamentada pela Portaria MPAS nº 403, de 10 de dezembro de 2008 e alterações posteriores.

Para o pagamento das parcelas e juros da dívida no exercício de 2015, foi fixado no orçamento, a importância de R\$-193.986 mil, a qual foi reduzida no decorrer do exercício para R\$ 187.155 mil e executado o valor de R\$-187.151 mil, correspondendo a 99,99 % do orçamento atualizado.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

5.1.4 - Passivo Total

O Passivo Total corresponde ao somatório dos valores do Passivo Circulante e Não Circulante, evidenciando as obrigações com terceiros Administração no encerramento do exercício. Em 2015, foi aumentado no percentual de 23,53 %, em relação ao ano anterior.

5.1.5 - Patrimônio Líquido

O Saldo Patrimonial, ou seja, o Patrimônio Líquido é a diferença entre Ativo e Passivo, após a apuração do resultado do exercício. No exercício em análise, o Resultado Patrimonial apresentou um *déficit* de R\$-2.926.203 mil, aumentando o saldo patrimonial negativo de R\$-7.984.923 registrado em 2014 para R\$- 10.911.126 em 2015.

5.2 – Variações Patrimoniais

As Demonstrações das Variações Patrimoniais evidenciam as alterações ocorridas no patrimônio do Estado durante o período, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado entre variações ativas e passivas.

O quadro a seguir, demonstra as Variações Patrimoniais ocorridas no exercício de 2015.

Tabela 17
Em R\$ mil

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS							
VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Especificação	2015	2014	*AV%	Especificação	2015	2014	*AV%
Impostos e Taxas	933.058	1.015.712	91,86	Pessoal e Encargos	2.425.718	2.372.206	102,26
Contribuições	385.830	363.322	106,20	Benefícios Previden e Assistenciais	522.026	419.685	124,39
Venda de Serviços	139.630	101.115	138,09	Uso de Bens, Serviços e Consumo- CF	890.982	1.104.172	80,69
VPA Financeiras	302.310	213.676	141,48	VPD Financeiras	1.075.857	445.972	241,24
Transferências Recebidas	6.819.053	7.720.682	88,32	Transferências Concedidas	4.265.583	5.093.012	83,75
Valorização e Ganhos com ATivos	125.017	116.044	107,73	Desvalorização e Perdas com Ativo	88.287	100.696	87,68
Outras V P Aumentativas	2.582.516	875.061	295,12	Tributárias	37.143	38.071	97,56
				Outras V P Diminutivas	4.935.507	2.199.442	224,40
Soma (1)	11.287.414	10.405.612	108,47	Soma (3)	14.241.103	11.773.256	120,96
Déficit Patrimonial Quantitativo	2.953.689	1.367.644	215,97				
VARIações PATRIMONIAIS QUALITATIVAS							
Incorporação de Ativos					400.652	1.104.743	
Desincorporação de Passivos					260.536	217.909	
Incorporação de Passivos					210.617	531.001	
Desincorporação de Ativos					2.304	1.628	

Fonte: Balanço Geral do Estado

AV=Análise Vertical ↔ Participação % no Total



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

5.2.1 - Variações Aumentativas

As Variações Aumentativas, TOTALIZANDO R\$-11.287.414 mil, representam as agregações de novos elementos ao Patrimônio Público que poderão ocorrer por meio de aumento de Valores Ativos, Reduções de Valores Passivos ou Fatos Permutativos, resultante ou não da execução orçamentária.

5.2.2 - Variações Diminutivas

As Variações Diminutivas representam as diminuições dos elementos do Patrimônio Público que reduzem a Situação Patrimonial da Entidade, mediante o aumento de Valores Passivos, reduções de Valores Ativos ou Fatos Permutativos, resultante ou não da execução orçamentária, apresenta no Quadro um total de R\$-14.241.103 mil.

5.2.3 - Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é a diferença entre as Variações Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício. No exercício de 2015, foi apresentado um *déficit* de R\$-2.953.689 mil.

6 - ÍNDICES DE RESULTADOS

6.1 - Análises de Indicadores

Os indicadores a seguir foram extraídos dos Demonstrativos do Balanços Gerais do Estado, apresenta a seguinte configuração:

6.1.1 - Indicadores Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais.

6.1.1.1 - Orçamentários

Quadro 1

Em R\$-mil

Especificação	2015	a/b
Previsão Inicial da Receita (a)	5.698.453	1,00
Dotação Inicial da Despesa (b)	5.698.453	

Fonte: Tabela 6

Este Indicador revela o equilíbrio do orçamento, pois se apresenta igual a 1,00.

Quadro 2

Em R\$-mil

Especificação	2015	a/b
Receita Realizada (a)	4.954.267	0,85
Previsão da Receita Atualizada (b)	5.840.442	



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Fonte: Tabela 6

O indicador demonstra que houve insuficiência de arrecadação, espelhando que, para cada R\$-1,00 de expectativa de arrecadação, foram arrecadados R\$-0,85.

QUOCIENTE DE DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO

Quadro 3
Em R\$-mil

Especificação	2015	a/b
Receita Realizada (a)	4.954.267	0,87
Previsão Inicial da Receita (b)	5.698.452	

Fonte: Tabela 6

O quociente apurado no Quadro 3, apresenta insuficiência de arrecadação de R\$-0,13 para cada R\$-1,00 previsto inicialmente no orçamento do exercício.

QUOCIENTE DE UTILIZAÇÃO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Quadro 4
Em R\$-mil

Especificação	2015	a/b
Créditos Adicionais Abertos por Excesso de Arrecadação	104.005	0,73
Excesso de Arrecadação (b)	141.821	

Fonte: Tabela 4 e Relatório de Créditos Adicionais por Excesso

O Indicador de 0,73 % demonstra quanto o Excesso de Arrecadação representa na cobertura dos Créditos Adicionais Abertos no exercício.

QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Quadro 5
Em R\$-mil

Especificação	2015	a/b
Despesa Executada (a)	5.231.991	0,88
Dotação Atualizada (b)	5.944.280	

Fonte: Tabela 6

A despesa executada no exercício ficou abaixo da despesa autorizada, atingindo R\$-0,88 de cada R\$-1,00 orçado, apresentando uma economia orçamentária de R\$-0,12.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

QUOCIENTE DE RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Quadro 6

Em R\$-mil

Especificação	2015	a/b
Receita Realizada (a)	4.954.267	0,95
Despesa Empenhada (b)	5.231.991	

Fonte: Tabela 6

Constata-se na apuração deste indicador, a demonstração de que, para cada real aplicado, foram arrecadados R\$-0,95, indicando um déficit orçamentário.

QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE

Quadro 7

Em R\$-mil

Especificação	2014	a/b
Receita Realizada Corrente (a)	5.102.592	1,12
Despesa Empenhada Corrente	4.570.804	

Fonte: Tabela 6

Verifica-se no quadro acima, que a receita corrente arrecadada, além da cobertura da despesa correspondente, apresenta uma sobra de 12,00% de Receita Corrente à disposição de possíveis incrementos na Despesa de Capital.

QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL

Quadro 8

Em R\$ mil

Especificação	2015	a/b
Receita Realizada de Capital (a)	228.357	0,35
Despesa Empenhada de Capital (a)	661.188	

Fonte: Tabela 6

Na análise do quadro acima, observa-se que a arrecadação da Receita de Capital foi insuficiente para a execução da Despesa correspondente, gerando um resultado deficitário de capital da ordem de 65,00%.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quadro 9

Em R\$-mil

Especificação	2015	a/b
Receita Realizada	4.954.267	0,99
Despesa Paga	5.027.202	

Fonte: Tabela 6 e Demonstrativo da Despesa Por Natureza

A relação verificada no indicador acima demonstra que a receita realizada foi inferior em R\$-0,01 a cada real pago da despesa do exercício.

6.1.1.2 - Financeiro e Patrimonial

6.1.1.2.1 - Financeiro

QUOCIENTE DE RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS

Quadro 10

Em R\$-mil

Especificação	2015	a/b
Disponível para o Exercício Seguinte (a)	774.185	1,29
Disponível do Exercício Anterior (b)	599.840	

Fonte: Tabela 12

O fato do saldo que passa para o exercício seguinte ser menor do que o saldo do exercício anterior demonstra que os recebimentos do exercício foram inferiores aos pagamentos do exercício, gerando, portanto, um "déficit financeiro". Dessa forma, observando uma redução nas disponibilidades de 11,62%, em relação ao exercício anterior.

6.1.1.3 - Patrimonial

QUOCIENTE DE LIQUIDEZ IMEDIATA

Quadro 11

Em R\$ mil

Especificação	2015	a/b
Disponível (a)	599.448	1,42
Passivo Circulante (b)	423.359	

Fonte: Tabela 13

A relação "Disponível/Passivo Circulante" mostra que, para cada R\$-1,00 de dívida de curto prazo, o Estado apresentava R1,42 para quitá-las. Demonstrando, que a suficiência para cobrir as obrigações financeiras de curto prazo, é considerável.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

QUOCIENTE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Quadro 12

Em R\$ mil

Especificação	2015	a/b
Ativo Circulante (a)	1.413.764	3,34
Passivo Circulante (b)	423.359	

Fonte: Tabela 13

A relação verificada no indicador acima demonstra que para cada real da dívida circulante o ente dispõe R\$-3,34 reais para pagá-las.

QUOCIENTE DE LIQUIDEZ SECA

Quadro 13

Em R\$ mil

Especificação	2015	a/b
Disponibilidades+Créditos de CP (a)	1.193.584	2,82
Passivo Circulante (b)	423.359	

Fonte: Tabela 13

O índice apurado pela relação entre a Soma do Ativo Real mais Créditos de Curto Prazo/Passivo Circulante, no exercício em análise, mostra que para cada R\$-1,00 de Passivo Circulante, o Estado dispõe de R\$-2,82 para quitação.

6 1.1.4 – Quocientes para a Demonstração das Variações Patrimoniais

QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Quadro 16

Em R\$ mil

Especificação	2015	a/b
Variações Aumentativas (a)	11.284.414	0,79
Variações Diminutivas	14.241.103	

Tabela 17

O resultado verificado, demonstra que o total das VPAs ficou inferior às VPDs, portanto demonstrando um déficit patrimonial.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

6.1.2 - Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que se refere às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e orçamentária, estabelece normas para elaboração e publicação bimestral, quadrimestral e anual de diversos relatórios resumidos com o objetivo de permitir que a sociedade, por meio dos diversos órgãos de controle, conheça, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária e fiscal dos poderes executivo, legislativo e judiciário da diversas esferas de governo.

Para a avaliação da Execução Orçamentária e da Gestão Fiscal, consideramos as informações contidas nos relatórios publicados pelo Poder Executivo do Estado do Acre, relativas ao período de janeiro a dezembro de 2015, por meio dos indicadores da receita corrente líquida, resultado primário, resultado nominal, dívida consolidada, operações de crédito e gastos com educação, saúde e pessoal, conforme apresentado a seguir:

I) - Receita Corrente Líquida

Quadro 1

Em R\$-mil

RCL - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		
Receitas Correntes	Deduções	RCL
5.089.010	1.139.902	3.949.108

Fonte: Anexo 3 do RREO/LRF

A receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, consideradas as seguintes deduções:

- Contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema previdência e assistência social;
- Transferências ao FUNDEB;
- Compensações financeiras entre regimes de previdência;
- Parcelas distribuídas aos municípios, por determinação constitucional.

Este conceito é utilizado para apuração dos limites da despesa total de pessoal, da dívida pública, das operações de crédito e das garantias e contra garantias.

II) - Resultado Primário

Quadro 2

Em R\$-mil

RESULTADO PRIMÁRIO				
Receita Primária	Despesa Primária	Resultado Primário	Sdo. Exerc. Anterior	Meta Fixada
4.640.317	4.696.419	-56.102	104.005	-215.905



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Fonte: Anexo 6 do RREO/LRF

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias, com a função de fornecer uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução, medindo como as ações correntes do setor público afetam a trajetória do seu endividamento.

O resultado primário, quando traduzido em *superávit*, é direcionado para o pagamento de serviço da dívida, contribuindo para a redução do estoque da dívida líquida. Por outro lado, *déficit* primário, indica um aumento da dívida, em decorrência do financiamento de gastos não financeiros que excedem as receitas financeiras.

No exercício em análise, o resultado primário apresentou um *déficit* primário de R\$-56.102 mil, justificado pela execução de despesas com saldo de exercícios anteriores no valor de R\$-104.005 mil.

III) - Resultado Nominal

Quadro 3
Em R\$-mil

RESULTADO NOMINAL				
Dívida Fiscal Líquida		Resultado	Meta Fixada	
2014	2015			
3.033.469	3.732.052	698.583	-94.728	

Fonte: Anexo 5 do RREO/LRF

A apuração do resultado nominal mede a evolução da dívida consolidada líquida. A dívida consolidada líquida corresponde ao saldo da dívida fiscal líquida, compreendendo o total das obrigações financeiras do Estado, assumidas em decorrência de leis, contratos, convênios ou outra forma de pactuação de operações de crédito.

No exercício de 2015, ocorreu um crescimento da dívida consolidada líquida em relação ao exercício de 2014, traduzindo-se no acréscimo 23,03%.

IV) - Gasto com Educação

Quadro 4
Em R\$-mil

DESPESAS COM MANTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE				
Rec. Líq. de Impostos	Despesas c/Ações do MDE	Adições	Desp.p/Fins de Limite	%Aplicado
3.591.182	732.218	166.683	898.901	25,03

Fonte: Anexo 8 do RREO/LRF



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Na análise da Tabela 4, os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino corresponderam a 25,03 % da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais. Portanto, sendo cumpridos os dispositivos das Constituições Federal e Estadual.

V) - Gasto com Saúde

Quadro 5

Em R\$-mil

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
Receita Líquida de Impostos	Despesas com Saúde	Restos a Pagar Cancelado	Despesas para Fins de Limite	%Aplicado
3.591.182	551.630	0	551.630	15,36

Fonte: Anexo XVI do RREO/LRF

Os gastos com saúde atingiram, em 2015, o percentual de 15,36 % da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais, sendo superior ao limite recomendado pela legislação, que é de 12%.

VI) - Receita de Operações de Crédito e Despesa de Capital

Quadro 6

Em R\$-mil

APURAÇÃO DA REGRA DE OURO		
Receitas de Operações de Crédito	Despesa de Capital	Resultado
210.617	661.188	-450.571

Fonte: Anexo XI do RREO/LRF

O Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesa de Capital apresenta as receitas de operações de crédito comparadas com a despesa de capital líquida, com a finalidade de demonstrar o cumprimento da Regra de Ouro.

No exercício em análise, o Estado apresentou o enquadramento na referida regra, considerando que as despesas de capital foram superiores às receitas de capital.

VII) - Gasto com Pessoal

Quadro 7

Em R\$- mil

DESPESA COM PESSOAL						
Rcl	Despesa com Pessoal	%Rcl	Limite Prudencial	%Rcl	Limite Máximo	%Rcl
3.949.108	1.927.024	48,80	1.838.309	46,55	1.935.063	49,00

Fonte: Anexo I RGF/LRF

No exercício de 2015, o Poder Executivo do Estado do Acre comprometeu 48,80 % da RCL com a despesa líquida de pessoal, percentual inferior ao limite legal definido pela Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, que é de 49,00%.



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

VIII) - Dívida Consolidada

Quadro 8

Em R\$-mil

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA				
Rcl	Dívida Líquida	%Rcl	Limite	%Rcl
3.949.108	3.822.957	96,81	7.898.215	200,00

Fonte: Anexo II - RGF/LRF

A dívida consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, nos termos do art. 29 da LRF.

A dívida consolidada líquida do Estado, no exercício de 2015, apresenta-se enquadrada nos dispositivos da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal.

IX) - Operações de Crédito

Quadro 9

Em R\$-mil

OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
Rcl	Operações de Crédito	%Rcl	Limite	%Rcl
3.949.108	210.617	5,33	631.857	16,00

Fonte: Anexo IV RGF/LRF

O Demonstrativo das Operações de Crédito visa assegurar a transparência das operações de crédito efetuadas pelo ente da Federação, discriminando-as em face de sua relevância à luz da legislação aplicável e a verificar os limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal e as Resoluções do Senado Federal.

No exercício em análise, o valor das Receitas de Operações de Crédito, apresenta-se abaixo do limite estipulado pelo art. 7º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, que é de 16,00 %.

X) - Disponibilidade de Caixa



ESTADO DO ACRE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Quadro 10
Em R\$-mil

DISPONIBILIDADE DE CAIXA			
Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta	Obrigações Financeiras	Disponibilidade de Caixa Líquida
Vinculados	241.148	8.983	232.165
Não Vinculados	260.402	26.194	234.208
RPPS	98.085	51	98.034
Somas	599.635	35.228	564.407

Fonte: Anexo V RGF/LRF

As informações contidas no Quadro 10 demonstra que o estado possui liquidez para arcar com seus compromissos financeiros.

7) - CONCLUSÃO

Nos exames efetuados pela Controladoria Geral do Estado - CGE constata-se que não há fatos relevantes que configurem descumprimento pelas Ações de Governo, das Leis Orçamentárias, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e dos Normativos do Tribunal de Contas do Estado.

Considera-se importante frisar, ainda, que as referidas análises tomaram como parâmetro informações consolidadas do Balanço Geral do Estado. Os exames pormenorizados dos atos individuais dos dirigentes e responsáveis pela aplicação dos recursos públicos são realizados por ocasião de verificações das contas no decorrer do da execução.

Da análise efetuada, sobre as peças que compõem a Prestação de Contas do Governo do Estado do Acre, relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, constata-se que estas traduzem a situação patrimonial e financeira do Estado, e que a execução orçamentária e os resultados dela decorrentes, representam adequadamente o que foi autorizado pelo Poder Legislativo na Lei Estadual nº 2.882/2014 (LOA), estando em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos órgãos de Controle Externo.

Rio Branco-Ac, 08 de abril de 2015.

Elaborado por:


Francisco das Chagas Sobrinho
Coordenador do DECON
CRC - RO 002576/0

Aprovado por:


Giordano Simplicio Jordão
Controlador Geral do Estado